

# AMBELS NAIMPRENSA

JANEIRO DE 2010

ESTADO DE MINAS (BH) • 9 DE DEZEMBRO DE 2009

# • OPINIÃO

ESTADO DE MINAS • QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 20

DESAGRAVO

# Entidade faz defesa de juiz de Três Corações

Nelson Missias de Morais Presidente da Associação de Magistrados Mineiros (Amagis) Belo Horizonte

"Em resposta à carta do leitor Pedro Evangelista Alves (6/12), a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) adianta que o foro adequado para discutir decisões judiciais não é a imprensa, pois, como visto, o processo seguiu todo o trâmite sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. A decisão do juiz de primeiro grau foi confirmada pelo Tribunal de Justica de Minas Gerais. Trata-se de mais um dos casos que comumente chegam ao Poder Judiciário e que foi analisado com a seriedade, dedicação e isenção que marcam a atuação dos membros da magistratura, em especial a mineira. Esse, em

específico, é decorrente do Decretolei 70/66, que permite ao agente financeiro realizar procedimento interno, uma execução extrajudicial, de venda de imóveis em caso de inadimplência de financiamentos. medida que é legal e pacificada por tribunais superiores. Se eventualmente houve alguma investigação para apurar responsabilidade e má-fé de servidor da Caixa Econômica Federal (CEF). por óbvio, isso não era tarefa atribuída ao juiz que analisava o caso sobre a imissão de posse. Contudo, é lamentável que destemperos dessa natureza venham até a opinião pública sem ao menos ouvir o juiz ofendido, no caso, Márcio Vani Bemfica, que é um magistrado zeloso, isento, sereno, cumpridor dos seus deveres, ético, preparado, um exemplo de dignidade que vem de geração a geração."

## AJURIS (SITE) • 30 DE NOVEMBRO DE 2009

AJURIS - Associação dos Juízes do RS

http://www.ajuris.org.br/website/content/ajuris/home/noticias.php?..

30/11 Diretora da AJURIS é condecorada pela Amagis



A diretora do Departamento de Pensionistas da AJURIS e da AMB, Eneida T. Barbosa, foi condecorada com uma medalha Comemorativa dos 55 anos da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). A comenda foi entregue à diretora pelas mãos do presidente da entidade, juiz Nelson Missias, durante coquetel de confraternização das pensionistas mineiras, realizado no último dia 26, no salão de Festas da Associação.

A medalha personalizada foi editada com um número limitado de 100 unidades. O adorno tem um símbolo ocidental do Direito com, no fundo, o contorno do mapa de Minas Gerais, e, na frente, traz as legendas "1954/2009" e "55 anos". No verso, estão impressos os dizeres "AMAGIS, fundada em 1954 – Fortalecendo a Justiça". A criação da peça é assinada por Marcos Henrique Caldeira Brant, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e tem acabamento eletrolítico de prata.

Na ocasião, dona Eneida entregou para a senhora Marlene Almeida, diretora do Departamento de Pensionistas da Amagis, o Manual de Instruções para Beneficiários dos Magistrados Falecidos, "Este manual eu fiz em 1995, na AJURIS, para esclarecer e orientar as pensionistas sobre o caminho para solicitar a pensão", explicou dona Eneida.

\* Crédito da foto: Cleber Moreira

Lisiane Oviedo Imprensa/AJURIS 51 3284-9108 imprensa@ajuris.org.br ESTADO DE MINAS . SEGUNDA

# DIREITO SJUSTIÇA

# Uma nova opinião sobre o processo eletrônico

A moda agora é falar no processo digital ou eletrôni-co que está sendo implantado e vai acabar com os papéis e agilizar o julgamento dos feitos no Judiciário, conforme veiculam as autoridades pelos jornais. Dizem que é uma verdadeira revolução tecnológica no mundo jurídico e todos deverão preparar seus computadores para as assinaturas digitais e as intimações sem jornal, acompanhando-se o andamento dos processos em tempo real.

Muitos criticam com razão a proposta, simplesmen-te dizendo que os prazos e as formalidades excessivas em incidentes, recursos, impugnações, agravos e embargos

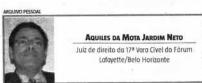
continuarão os mesmos. Tal crítica, porém, é periférica. O historiador Toynbee denunciava uma defasagem moral em relação ao progresso tecnológico da humanidade. Com base nisso, essencialmente, faço, em substituição, ou-tra proposta revolucionária e muito mais simples: a humanização do processo. Há dois mil anos Jesus Cristo nos deixou mensagens de paz, amor e justiça. Até hoje tais ideias não se incorporaram nos corações e nas instituições. Vemos muita guerra e criminalidade entre pessoas e países.

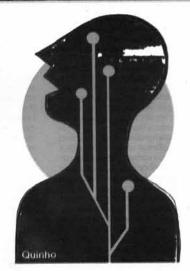
A entronização da eletrônica no processo seria dis-pensável se houvesse reforma na legislação de direito material e processual, proporcionando a solução fundamental e justa das lides penais e cíveis de maneira mais humana, livre, criativa, inteligente e essencial. Afinal de contas, há anos vivemos numa civilização cristã, mas nunca figuraram tão desprestigiados o perdão, o amor ao próximo, o desapego dos bens materiais... Estão fora de moda os 10 Mandamentos.

Humanizar o processo é as leis permitirem o encontro de soluções mais verdadeiras e justas, pacificando os conflitos com respeito à dignidade da pessoa humana, prestigian-do valores humanos como a solidariedade, a compreensão, a afetividade, a gentileza, a serenidade e a concórdia.

Quando se luta por um processo mais rápido não se pode abrir mão de um processo também mais jus-to e efetivo, que solucione de forma mais correta as pendências sociais e humanas que estão estampadas nos autos do processo.

No processo eletrônico ou digital ainda ficarão pessoas simples presas durante meses e anos por conta de um furto de R\$ 10 ou de um tablete de margarina. Senhoras aposentadas solitárias ainda serão afastadas abruptamente de seus papagaios de estimação por falta de licerça do Ibama. Ainda haverá penas maiores para quem mata um jabuti do que para quem mata um ser humano.





"O COMPUTADOR NÃO TEM ÉTICA, SE HÁ PROBLEMA NO COMPUTADOR, MUDA-SE UMA PECA; MAS, PARA QUALQUER PROBLEMA NAS QUESTÕES HUMANAS E SOCIAIS, É PRECISO CONVERSAR, DIALOGAR, PONDERAR, COM OS VALORES DO AMOR E DA JUSTIÇA"

Ainda ficarão indevidamente milhares de pessoas amontoadas submetidas a condições degradantes nos presidios. Nada se evolui para tomar real a finalidade da pena no

que diz respeito à recuperação e reintegração na socieda-de. Todos de boa consciência cristã sabemos que o chamado crime de bagatela nunca poderia conduzir ninguém para o presídio, sendo irrelevantes a reincidência ou os antecedentes para o referido caso. Não mudamos, no entanto, as leis e as mentes, fascinados que estamos pelos com-

putadores de última geração em uso no Judiciário. Nada se fala em permitir e estimular a reconciliação Nada se raia em permitir e estimular a reconcinação da vítima com o agressor, tal qual pregou Jesus Cristo. No Brasil vigora em regra o princípio da obrigatoriedade da jurisdição, não podendo o Ministério Público desistir do processo penal, tampouco pode haver transigência quando presentes idosos, menores ou mulheres no processo. Ninguém tem o direito de perdoar, de reconciliar, direito à conversão, mudando os rumos de sua própria vida, com a compreensão do próximo e da sociedade. Não se estimula nem se premia a virtude. Continua na legislação a desproporção das penas, havendo mais reprimenda no crime contra o patrimônio do que no crime contra a pessoa.

E a enxurrada de pedidos de danos morais de quem não valoriza a moralidade e a ética na sua vida privada ou pública, mas se aproveita das brechas legais para o enriquecimento indevido? E os danos morais para côn-juges e filhos sem afeto desintegrando definitivamente as comunidades familiares? E as divisões de patrimônio enfaticamente apregoadas em separações de casais de mesmo sexo ou sexos diferentes? E as guerras fratricidas nas ações de herança? E as vinganças pessoais que instrumentalizam o Judiciário, produzindo lesões inde-

léveis de cunho pessoal e patrimonial?

Precisamos nos conscientizar de que o processo eletrônico não vai resolver todas as mazelas do Judiciário.

O juiz precisa voltar a ser um conselheiro, um sacerdote ou um agente da justiça social. O juiz precisa ter clara é a noção do justo. Mudemos as leis e as mentes dos juízes. O computador não tem ética. Se há problema no computador, muda-se uma peça; mas, para qualquer problema nas questões humanas e sociais, é preciso conversar, dialogar, ponderar, com os valores do amor e da justiça. O homem é um animal racional que tem consciência. O homem é um ser social. Não há efetividade sem afetividade.

Georgia Baçvaroff





Presidente da Amagis, juiz Nelson Missias, e diretor de Comunicação, desembargador Herbert Carneiro, em entrevista na Itatiaia sobre o Poder Judiciário e a Amagis.

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 2/12/2009 HOJE EM DIA - política@hojeemdia.com.br



# **ELEIÇÃO NA AMAGIS**

Com apoio do presidente da Amagis, Nelson Missias, o juiz Bruno Terra Dias foi eleito, ontem à noite, presidente da Associação, para o triênio 2010-2012, com o discurso de continuidade e de independência da entidade.



# NO FOCO

■Bruno ainda teve o apoio do vice da AMB, Doorgal Andrada, e alcançou 873 votos (70%), contra 379 votos do rival Luiz Carlos Azevedo, que foi apoiado pelo presidente do TJ. Sérgio Resende, e pelos ex-presidentes da Amagis Elpídio Donizetti e Carlos Levenhagem.

O TEMPO (BH) • 3 DE DEZEMBRO DE 2009

O TEMPO BELO HORIZONTE

Quinta-feira 3.12.09

Amagis

**Magistrados Mineiros** elegem presidente

Por 873 votos a 379, o juiz Bruno Terra venceu as eleições para a presidência da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com a chapa "Magistratura Participativa e Independente". O magistrado foi apoiado pelo atual presidente, Nelson Missias.

ESTADO DE MINAS (BH) • 3 E 4 DE DEZEMBRO DE 2009

DE DEZEMBRO DE 2009



# **Amagis**

O juiz Bruno Terra Dias, novo presidente da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), eleito com ampla maioria, é titular da 22ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte, cidade onde nasceu. Além de ter exercido as funções de advogado, delegado e de promotor de Justica, Dias apresenta longa folha de serviços prestados à magistratura mineira. Foi iuiz de Direito nas comarcas de Espinosa, Raul Soares, Januária, Ubá e Montes Claros. Professor universitário, lecionou nas faculdades de direito de Ubá e de Montes Claros.

Estado de Minas, 03/12/2009

# **MÁRIO FONTANA**

# Eleição

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) é o juiz Bruno Terra, que obteve 72% dos votos, reflexo de seu trabalho à frente da Diretoria de Saúde da instituição. Contou com o apoio do atual presidente, juiz Nelson Missias, que realizou excelente administração. Anote-se: a eleição foi a mais concorrida da história da Amagis. Votaram nada menos de 1.252 juízes de todas as comarcas de Minas Gerais. Também foi decisivo para a vitória de Terra o apoio dos ex-presidentes da entidade desembargadores Reinaldo Ximenes, Doorgal de Andrade, Tiago Pinto e Nepomuceno Silva.

# MIGALHAS, JUSBRASIL, CONSULTOR JURÍDICO, AMB, BALCÃO, DIREITO2, TJMMG, TRE-MG • DEZEMBRO DE 2009



Quarta-feira, 2 de dezembro de 2009

### Eleito

# Bruno Terra Dias é o novo presidente da Amagis

O juiz Bruno Terra Dias foi eleito presidente da Amagis, para o triênio 2010/2012, com 873 votos. O juiz Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, que também concorria à presidência, teve 379 votos. A eleição que aconteceu ontem, 1/12, foi histórica: o novo presidente foi eleito com a maior diferença de votos conquistada na história da Associação.

Sob o discurso da consolidação das conquistas e da independência da Amagis, Bruno Terra foi eleito com o apoio integral do atual presidente, Nelson Missias, para quem a vitória do candidato é um reconhecimento e aprovação da atual gestão, da qual Bruno Terra participou ativamente. "A vitória do Bruno representa a consolidação de um trabalho que foi realizado nesta gestão, de forma colegiada, por um grupo que pensa, defende e realiza em favor da magistratura mineira. Agradeço por mais este gesto de confiança. Que a Amagis continue independente, nas mãos de magistrados e em defesa da magistratura, não de interesses pessoais", disse.

O presidente eleito destacou que o pleito foi marcado pela participação maciça da magistratura mineira e que a expectativa é de corresponder aos anseios da classe. "A próxima administração, que teremos a incumbência de chefiar, terá o caráter participativo, vamos ouvir e dialogar, de modo que se estabeleça nas mais diversas situações o que for melhor para a nossa magistratura. Trabalharemos pela manutenção da independência não só da classe, mas da instituição Amagis, com a preservação dos direitos, garantias e prerrogativas dos magistrados e ampliação dos espaços políticos ocupados hoje com tanta respeitabilidade pela Amagis".



Os juízes Nelson Missias e Bruno Terra Dias

# Trajetória

Natural de Belo Horizonte, o juiz Bruno Terra Dias bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1985. Exerceu as funções de advogado, delegado e promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais. Ingressou na magistratura em 1990 e atuou nas comarcas de Espinosa, Raul Soares, Januária, Ubá, Montes Claros e BH. Hoje, é titular da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte e, ainda, exerce o cargo de vice-presidente de Saúde da Amagis.

Bruno Terra Dias também lecionou Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Ubá, na Faculdade de Direito Santo Agostinho, em Montes Claros, e na Universidade de Estadual de Montes Claros (Unimontes).



Natural de Belo Horizonte, o juiz Bruno Terra Dias bacharelou-se em Natural de Belo Horizonte, o juiz Bruno Terra Dias bacharetou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1985. Exerceu as funções de advogado, delegado e promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais. Ingressou na Magistratura em 1990 e atuou nas comarcas de Espinosa, Raul Soares, Januária, Uda e Montes Claros, Hoje, é titular da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte e, ainda, exerce o cargo de vice-presidente de Saúde da Amagis.

Bruno Terra Días também lecionou Direito na Faculdade de Clências Jurídicas e Sociais de Ubá, na Faculdade de Direito Santo Agostinho, em Montes Claros, e na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimortes).

### Diretoria eleita

Presidente: Bruno Terra Dias, vice-presidente Administrativo: Herbert Carneiro, vice-presidente Financeiro: Luiz Audebert Delage Filho, vice-presidente de Saúde: Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente do Interior: Antônio Carlos Parreira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Mauricio Torres Soares vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Tibagy Salles Oliveira, diretora secretária: Maria Luiza Santana Assunção, subdiretora secretária: Ivone Campos Guilarducci Cerqueira

Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom

TJMG - Unidade Goiás